

FABRICIO MARQUES DA SILVA

CULTURA E LAZER COMO AGENTES DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Artigo apresentado como requisito parcial para conclusão do Curso de Bacharel em Gestão Desportiva e do Lazer, do Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná.

Orientador(a): Prof^o Dra. Ana Josefina Ferrari

**MATINHOS
2013**

SUMÁRIO

RESUMO	3
1.0 INTRODUÇÃO	3
2.0 DOS PROGRAMAS	6
2.1 PONTOS DE CULTURA	6
2.2 PETI – PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL.....	9
3.0 DO MARCO TEÓRICO-METODOLÓGICO	11
3.1 CULTURA E IDENTIDADE	11
3.2 A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE.....	15
4.0 DOS LOCAIS	16
4.1 AS MUDANÇAS NO MODO DE VIDA NAS CIDADES DO LITORAL DO PARANÁ.....	16
4.2 DO PETI EM MATINHOS	19
4.3 CASA DA CULTURA – MATINHOS, PARANÁ	23
4.4 ASSOCIAÇÃO DE CULTURA POPULAR MANDICUERA – ILHA DOS VALADARES, PARANAGUÁ, PARANÁ.....	24
5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS	27

CULTURA E LAZER COMO AGENTES DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Fabricio Marques da Silva¹

Resumo

O objetivo dessa pesquisa é analisar quais os elementos necessários para promover uma integração e diálogo entre Pontos de Cultura (formais e não-formais)², parte integrante do programa “Cultura Viva” do Ministério da Cultura e o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), programa do Governo Federal, Ministério do Desenvolvimento Social e do Ministério do Trabalho e Emprego, a partir de uma proposta de articulação dos objetivos dos dois programas com noções teóricas de lazer, cultura e lúdico. Acreditamos que o diálogo entre as duas instâncias poderá contribuir como apoio ao desenvolvimento social de crianças e adolescentes. Embora sejam programas diferentes, de Ministérios diferentes, observamos que existem pontos em comum que podem ser explorados. A proposta inicial compreende articular os elementos dos pontos de cultura, formais e não-formais, e dos PETI, que possam harmonizar atividades de forma lúdica como espaço de lazer e lazer cultural com oficinas de dança e música, bem como outras atividades culturais, tendo como ponto de partida uma pesquisa feita com crianças e adolescentes do PETI. Neste trabalho, os temas são abordados com base na realidade de crianças e adolescentes a partir da visão de um Ponto de Cultura não-formal (a “Casa da Cultura, em Matinhos-Pr), um Ponto de Cultura formal (a Associação de Cultura Popular Mandicuera, na Ilha dos Valadares em Paranaguá-Pr) e o PETI de Matinhos-Pr. Para tanto, foi realizada inicialmente uma Pesquisa Bibliográfica, assim como efetuamos Observação Participante e Saídas de Campo, além de Entrevistas de História Oral.

1.0 INTRODUÇÃO

O Programa de Erradicação do Trabalho infantil, doravante denominado

¹ Graduando em Gestão Desportiva e do Lazer da Universidade Federal do Paraná Setor Litoral.

² Entendam-se como Pontos de Cultura “formais” aqueles que têm o devido registro e convênio com o Ministério da Cultura, participando formalmente do ‘Programa Cultura Viva’ e de Pontos de Cultura “não-formais” aqueles que possuem as mesmas características do Ponto de Cultura “formal” embora não tenha convênio com o Ministério da Cultura e se mantenha por outros meios que não este.

PETI, foi instituído a partir da primeira década de 2000, é um programa que tem por objetivo principal retirar crianças e adolescentes, de até 16 anos do trabalho que coloque em risco suas integridades físicas e psicológicas. O PETI começou a ser planejado a partir de 1992, quando o Brasil passou a fazer parte do Ipec³ da Organização Mundial do Trabalho. Depois de vários processos finalmente foi implantado no ano de 2002. O programa funciona no contra turno escolar, em local específico adequado ao espaço de vida das crianças e adolescentes, respeitando-se as realidades locais, culturais e as necessidades e interesses dos participantes e é condição básica para que os pais ou responsáveis dos alunos tenham acesso à transferência de renda do programa Bolsa Família.

Entre os objetivos do PETI consta que, o mesmo, também deve ser utilizado como um espaço de lazer pelas crianças e adolescentes. O lazer, como via de regra, tem caráter subjetivo e até, de acordo com alguns autores, *fetichista*. Conforme PADILHA (2006), onde o sujeito é quem determina a seu gosto a utilização do tempo livre e do espaço por ele previamente determinado, de forma a criar um espaço que satisfaça suas vontades e desejos. Entretanto, existem outros conceitos que podem ser usados como justificativa, inclusive, e explicação para que um local onde a pessoa não esteja de livre e espontânea vontade seja utilizado como um espaço de lazer.

Para ELIAS (1992), nas sociedades industriais mais avançadas, as pessoas foram, de forma progressiva, submetidas a um controle rigoroso de suas emoções, sendo obrigadas pela sociedade a suprimir suas paixões e “excitações”, tornando-as apenas aceitáveis em crianças, com limitações pelos excessos de euforia. Com o passar do tempo essa contenção das emoções começou a tornar-se prejudicial ao processo de produção industrial e social. A criação de um espaço de tempo livre tornou-se necessário, mesmo que isso signifique deixar de lado a subjetividade, tornando o lazer como um espaço a ser vivido como parte integrante do trabalho e não desvincilhado deste. Podemos, citar como exemplo disso, as associações de funcionários de grandes empresas estatais ou privadas, onde o quadro de pessoal se utiliza das dependências das associações em seu tempo livre, tornando-os parte

³ Sigla inglesa para “Internacional Programme on the Elimination of Child Labour – Programa Internacional de Erradicação do Trabalho Infantil.

da empresa nas horas de trabalho e nas horas de lazer, visando a criar um vínculo maior com seu local trabalho inclusive em seus momentos de lazer.

Em complementação aos objetivos da nossa pesquisa, nos traz ainda MARCELLINO (1987) que, no lazer, boa parte do tempo livre disponível já ocupada naturalmente por atividades culturais, sem entrar no mérito da qualidade e diversidade destas, e que no lazer podemos encontrar um duplo aspecto educativo:

Trata-se de um posicionamento baseado em duas constatações: a primeira, que o lazer é um veículo privilegiado de educação; e a segunda, que para a prática positiva das atividades de lazer é necessário o aprendizado, o estímulo, a iniciação, que possibilitem a passagem de níveis mais elaborados, complexos, com enriquecimento do espírito crítico, na prática ou na observação. Verifica-se assim, um duplo sentido no processo educativo – o lazer como veículo e como objeto de educação. (MARCELLINO, 1987. Pp. 58-59)

Nessa linha, pensamos que utilizar um espaço não subjetivo como lazer estabelecendo relação com a educação de forma pedagógica com foco no aprendizado pode trazer resultados se forem colocados de forma lúdica. Trazer a criança para o universo infantil através do lúdico pode ser uma ferramenta pedagógica de desenvolvimento social, passando pela informalidade da brincadeira, mas utilizando-se como instrumento pedagógico, ampliando visão crítica da realidade em crianças e adolescentes, aproveitando de forma produtiva seu tempo de lazer através do contato com as diversas formas de atividades culturais.

Deste modo entendemos desenvolvimento social como um processo de ampliação de escolhas e de crescimento como ser humano e, para tanto, deve considerar aspectos sociais, culturais e políticos. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento define, nas suas linhas, o desenvolvimento como:

O conceito de desenvolvimento humano nasceu definido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser. Diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que vê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar, a abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades. A renda é importante, mas como um dos meios do desenvolvimento e não como seu fim. É uma mudança de perspectiva: com o desenvolvimento humano, o foco é transferido do crescimento

econômico, ou da renda, para o ser humano. O conceito de Desenvolvimento Humano também parte do pressuposto de que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. (PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2013)

Em vista às situações, que exporemos a continuação, consideramos que os processos culturais, que podem ser potencializados pelos Pontos de Cultura, através do lazer e do lúdico podem auxiliar atuando como um agente no desenvolvimento social das crianças e adolescentes pelas atividades propostas nesta pesquisa.

2.0 - DOS PROGRAMAS

Nesta seção do trabalho discorreremos sobre os programas que pretendemos colocar em diálogo. Primeiramente falaremos sobre os Pontos de Cultura do Programa “Cultura Viva”, seus aspectos, objetivos e potencialidades. E, finalizando, abordaremos o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o PETI.

2.1 Pontos de Cultura

Os Pontos de Cultura foram criados como peça principal do programa “Cultura Viva” do Ministério da Cultura através da Portaria nº 156 de 06 de Julho de 2004. Os Pontos de Cultura funcionam como articuladores de uma rede orgânica de gestão, promoção e criação cultural. Os objetivos dos Pontos de Cultura são:

Reconhecer iniciativas e entidades culturais; Fortalecer processos sociais e econômicos da cultura; Ampliar a produção, fruição e difusão culturais; Promover a autonomia da produção e circulação cultural; Promover intercâmbios estéticos e interculturais; Ampliar o número de espaços para atividades culturais; Estimular e fortalecer redes estéticas e sociais; Qualificar Agentes de Cultura como elementos estruturantes de uma política de base comunitária do Sistema Nacional de Cultura.⁴ (PROGRAMA CULTURA VIVA, 2004, p. 1)

As políticas públicas de cultura tiveram avanço significativo a partir do governo Lula. Se antes do governo Lula a política cultural era centralizada nos incentivos fiscais que fazia com que se financiassem apenas os projetos culturais da

⁴ Conforme consta no documento disponível em <http://www.cultura.gov.br/culturaviva/cultura-viva/objetivos-e-publico/>, acessado em 15/02/2013.

iniciativa privada, o que impossibilitava que o direito do cidadão de opinar e decidir, a atual política pública de cultura segue sentido contrário, dando ao cidadão a liberdade de escolha que afirme sua condição de cidadão. A partir da criação do Programa Cultura Viva em, em 2004, esse contexto fica evidente, já que o programa citado “assume a cultura, a educação e a cidadania, enquanto incentiva, preserva e promove a diversidade cultural brasileira” (REIS e SANTANA, 2010, p. 3)

O ponto de cultura é a referência de uma rede horizontal de articulação, recepção e disseminação de iniciativas culturais. Como um parceiro na relação entre estado e sociedade, e dentro da rede, os Pontos de Cultura agregam agentes culturais que articulam e impulsionam um conjunto de ações em suas comunidades e estas entre si. Os pontos de Cultura não têm um modelo único, nem instalações físicas, nem programação ou atividade. Um aspecto comum a todos é a transversalidade da gestão da cultura compartilhada entre poder público e sociedade civil. A adesão aos pontos de cultura é voluntária, realizada a partir de chamamento público, em editais lançados pelo Ministério da Cultura, pelos governos dos Estados ou pelas Prefeituras. Eventualmente, outras instituições públicas podem ser responsáveis pelo chamamento público. Outras linhas de fomento a Pontos de Cultura também são possíveis: Pontos de Leitura, Pontinhos de Cultura, Pontos de Memória, Pontos de Bens Registrados como Patrimônio Imaterial. Os entes da federação interessados devem, por meio de documento oficial, solicitar ao Ministério da Cultura a criação de Rede de Pontos de Cultura, indicando o número de Pontos a serem selecionados, e dispor de contrapartida financeira. Essa contrapartida financeira é, em média, de 1/3 (um terço) do valor total dos recursos do convênio a ser firmado, ou seja, o Ministério da Cultura disponibiliza 2/3 (dois terços) dos recursos e 1/3 (um terço) devem ser disponibilizados pelos Estados e/ou Municípios e as Entidades que tenham interesse em se conveniar com o programa. Podem participar dos editais de seleção pública grupos e coletivos informais, bem como pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos e de natureza cultural, como associações, sindicatos, cooperativas, fundações privadas, escolas e suas associações de pais e mestres, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e Organizações Sociais (OS), com atuação comprovada na área cultural de, no mínimo, três anos e sediadas em seu respectivo estado e/ou município. Os projetos a serem selecionados deverão, partindo das iniciativas

culturais, funcionarem como instrumento de reconhecimento e articulação de ações já existentes nas comunidades, contribuindo pra a inclusão social e a construção da cidadania, seja por meio da geração de emprego e renda ou do fortalecimento de identidades culturais.

Conveniar-se com o programa Cultura Viva é de suma importância para que o Ponto de Cultura consiga fortalecimento em suas atividades. Quando conseguem o convênio com o programa, as Entidades podem fortalecer suas atividades diante da abertura maior de possibilidades, como participar de editais governamentais e não-governamentais para a captação de recursos, visando um melhor aproveitamento das atividades a que se dispõem. Mais recursos disponíveis é um passo importante para que o Ponto de Cultura amplie e melhore seu desenvolvimento e também possa ampliar as possibilidades de atendimento, seguindo a transversalidade a que o Ponto de Cultura pode ser dimensionado, sem que dependa de recursos esporádicos, como doações e voluntariado, por exemplo.

Diante da liberdade na transversalidade dos pontos de cultura, os mesmos podem ser utilizados não apenas em um local pré-determinado, mas pode atuar de forma itinerante, de modo a ampliar os campos de trabalho e oportunizando que as oficinas sejam ofertadas em diversos locais, podendo ter grande abrangência nas atividades desenvolvidas, até mesmo como forma de ampliação da produção, fruição e difusão cultural, que é um de seus objetivos, ou seja, trazer as pessoas para os processos culturais e levar os processos culturais até as pessoas.

Esse tipo de ação poderia contribuir para o processo de resgate e preservação das culturas locais que fora anteriormente mencionado nesta pesquisa. Na mesma, fizemos relação com atividades oferecidas a crianças e adolescentes participantes do PETI na cidade de Matinhos, que desenvolvem atividades de iniciação musical fora das dependências do PETI. Entre o programa PETI e os Pontos de Cultura existem várias semelhanças que podem ser exploradas, possibilitando um melhor progresso de ambos e, por conseqüência, um melhor aproveitamento dos participantes.

Um ponto que deve ser observado nos Pontos de Cultura é que ele pode não chegar ao alcance de todos. Por mais que as pessoas envolvidas tenham boa

vontade de trabalhar com processos culturais, muitas situações adversas podem surgir no caminho para se obter os resultados propostos pelo Ponto de Cultura. REIS e SANTANA (2010) afirmam que existem “fragilidades” como a “abrangência do conceito de cultura utilizado pelo Ministério da Cultura, que dificulta a delimitação dos quais setores serão beneficiados com as políticas desse Ministério” (REIS e SANTANA, 2010, p. 8). Ainda para REIS e SANTANA (2010), falta corpo profissional qualitativa e quantitativamente, além da falta de preparo para trabalhar com os processos administrativos complexos que o Programa Cultura Viva exige.

Efetivamente, trabalhar com projetos e cumprir as exigências administrativas do Ministério da Cultura não é tarefa simples. Demanda que as entidades capacitem também seus integrantes não apenas no âmbito cultural, mas que venham a poder contribuir administrativamente para que o projeto com o qual essas entidades trabalham, não correndo o risco de ser cancelado por falha administrativa. Também entendemos como fragilidade de um ponto de cultura a impossibilidade de abrangência a um público maior, quando o mesmo deixa de expandir seus horizontes e extrapolar as paredes de sua dependência. Entendemos que a hipótese de articulação com outros programas, como o PETI, por exemplo, possa ser uma ferramenta positiva a ser utilizada.

2.2 PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

O PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) é um programa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em conjunto com o Ministério do Trabalho e Emprego que tem por objetivo:

Retirar as crianças e adolescentes até 16 anos, do trabalho considerado perigoso, penoso, insalubre ou degradante, ou seja, aquele trabalho que coloca em risco a saúde e segurança das crianças e adolescentes”,⁵ (PETI, 2002)

O programa reconhece a criança e o adolescente como sujeito de direito e oportuniza o acesso à escola, saúde, alimentação, esporte, lazer, cultura e profissionalização. O programa propõe funcionar no contra turno escolar, sendo condição básica para que os pais ou responsáveis dos alunos tenham acesso à

⁵ Disponível em <http://portal.mte.gov.br/delegacias/sp/peti-programa-de-erradicacao-ao-trabalho-infantil/>, acessado em 07/03/2013.

transferência de renda do programa Bolsa Família⁶. O programa deve ter horário e espaço pré-definidos, organizados em percursos que garantam o desenvolvimento social, físico e mental de crianças e adolescentes, adequados ao seu espaço de vida, respeitando-se as realidades locais, culturais e as necessidades e interesses das crianças e adolescentes. O PETI tem como diretrizes as estratégias pactuadas pela Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (Conaeti), através do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador, que envolve a ação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério do Trabalho e mais treze ministérios, além de Secretarias Nacionais, Confederações, Entidades Sindicais, Fóruns, e também o Fundo das Nações Unidas para a Infância.⁷ O desenvolvimento do programa se dá através convênios e parcerias com os CRAS (Centros de Referência de Assistência Social) e Secretarias de Assistência Social e Ação Social dos municípios. (PETI, 2002)

O PETI foi criado diante da necessidade de afastar as crianças e adolescentes de trabalhos considerados de risco, chamados de “piores formas”⁸ de trabalho, bem como promover a educação e o desenvolvimento social. O 1992, quando o Brasil passou a fazer parte do Programa Internacional de Erradicação do Trabalho Infantil, o Ipec, da Organização Mundial do Trabalho como nos traz CARVALHO (2004). Depois de vários processos foi finalmente colocado em atividade a partir de 2002.

Nas orientações do próprio Programa PETI estas experiências de acesso à cultura, à educação, ao lazer e ao desenvolvimento social já estão previstas. De acordo com o programa, no ponto referente ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do PETI (Serviço Socioeducativo), para crianças e adolescentes na faixa-etária de 06 a 15 anos:

O Serviço para esta faixa-etária tem por foco a constituição de espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e

⁶ Outro programa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Existe convênio entre os dois programas, conforme documento disponível em <http://portal.mte.gov.br/delegacias/sp/peti-programa-de-erradicacao-ao-trabalho-infantil/>, acessado em 07/03/2013.

⁷ Disponível em http://www.fnpeti.org.br/publicacoes/parceiros/arquivos-das-publicacoes/plano_nacional.pdf, acesso em 01/08/2013.

⁸ Formas de trabalho que coloquem em risco as integridades físicas e psicológicas de crianças e adolescentes.

adolescentes, a partir dos interesses, demandas e potencialidades dessa faixa-etária. As intervenções devem ser pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social. Inclui crianças com deficiência, retirados do trabalho infantil ou submetidos a outras violações, cujas atividades contribuem para re-significar vivências de isolamento e de violação de direitos, bem como propiciar experiências favorecedoras do desenvolvimento de sociabilidades e na prevenção de situações de risco social. (PETI, 2002, p. 11)

Ora, se dentre os próprios objetivos do PETI estão claramente colocados as experiências lúdicas, culturais e de lazer, bem como o desenvolvimento social das crianças e adolescentes, por que não dialogar com outros programas e iniciativas culturais para que possam atingir esse fim? Além disso, o Estatuto da Criança e do Adolescente, A Lei 8.069 de 13 de Julho de 1990, em seu capítulo IV, Art. 59, discorre sobre o direito da criança e do adolescente ao acesso à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, a partir dos municípios, com o apoio dos estados e da União⁹.

3.0- DO MARCO TEÓRICO-METODOLÓGICO

No presente apartado trabalharemos os conceitos teórico-metodológicos que norteiam nossa pesquisa, especificam ente as categorias de cultura, identidade e Observação Participante.

3.1 Cultura e Identidade

O significado da palavra cultura é abrangente. Para ilustrar o termo, segue a definição inicial de CHAUI:

Se formos às origens da palavra cultura, veremos que ela significa cultivo, cuidado. Inicialmente era o cultivo e o cuidado com a terra, donde a agricultura, com as crianças, donde a puericultura, e com os deuses e o sagrado, donde culto. Cultura era uma noção que conduz à plena realização de potencialidades de alguma coisa ou de alguém, significava: desenvolver, fazendo brotar, frutificar, florescer e cobrir de benefícios. (CHAUI, 2006, p. 129)

Ao longo do tempo, com a instituição de sociedades e civilizações esse conceito foi cada vez mais sendo modificado, mesmo sem perder a essência. Mas o conceito

⁹ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em 18/05/2013.

atual de cultura é recente. Segundo CHAUI (2006) somente na segunda metade do século XX é que a cultura passa a ter estrutura específica e passando a significar o campo das formas simbólicas, elevando seu contexto:

A partir de então, a cultura é compreendida como o campo no qual uma comunidade institui as relações entre seus membros e com a natureza, conferindo-lhes sentido ao elaborar símbolos e signos, práticas e valores, ao definir para si própria o possível e o impossível, a linha do tempo (passado, presente e futuro), as distinções no interior do espaço, o verdadeiro e o falso, o belo e o feio, o justo e o injusto, o permitido e o proibido, a relação entre o visível e o invisível, com o sagrado e o profano, a guerra e a paz, a vida e a morte. (CHAUI, 2006, p. 131)

Esses conceitos de cultura nos levam a entender que a mesma é um agente expressivo para o desenvolvimento social das crianças e adolescentes. O contato com a cultura pode trazer amplitude ao desenvolvimento e instigar as crianças e adolescentes a enxergarem o mundo de outro modo, formando um processo de construção e formação humana.

Tendo por base o que fora apresentado até aqui, surge aqui a proposta: utilizar pontos de cultura como opção de lazer cultural para as crianças e adolescentes do PETI se transforme em agente formador e de desenvolvimento social para seus participantes e também que os pontos de cultura e afins façam atividades dentro das instalações dos PETIs. A introdução à música e à dança através de atividades lúdicas pode ser fator determinante para que essas crianças possam ter um melhor desenvolvimento, além de proporcionar que tenham alternativas além de ficarem enclausuradas entre as paredes apertadas das salas de aula e, de forma lúdica, tenham suas mentes mais abertas para o mundo que as circunda. Esse trabalho pode ser desenvolvido não apenas nos Pontos de Cultura, mas também sendo levados até as dependências do PETI, em um processo de intercâmbio cultural, lúdico e de lazer, como é feito, por exemplo, com o Projeto “Fandango nas Escolas” da Associação Mandicuera em Paranaguá, que será tratado adiante.

E apesar de observarmos que o desenvolvimento das atividades de forma lúdica teve um efeito mais produtivo, os professores que ministravam ou acompanham as crianças na ocasião não consideram que o desenvolvimento das atividades dessa forma seja um método interessante de trabalho. É perceptível que, habitualmente, a

palavra “lúdico”, automaticamente remete à brincadeira sem sentido, conforme nos traz ALMEIDA (2003):

É muito comum ouvirmos que o ‘os jogos não servem para nada e não têm significação alguma dentro das escolas, a não ser na cadeira de educação física’. Tal opinião está muito ligada a pressupostos da pedagogia tradicional, que excluía o lúdico de qualquer atividade educativa séria ou formal. Percebe-se claramente que há uma restrição do lúdico, isto é, uma falta de conhecimento de seu verdadeiro sentido. (ALMEIDA, 2003, pg. 59)

É possível que não se atenham ao fato de que o lúdico pode e deve ser trabalhado com caráter pedagógico. Traz-nos ainda ALMEIDA (2003) que desde a Grécia, Platão já afirmava em sua obra “As Leis” (Capítulos I e VII) que as crianças deveriam aprender matemática em forma de jogo, para que pudessem melhor compreendê-la. Logicamente, que para se utilizar desses métodos é necessário um maior cuidado na elaboração das atividades, para que as mesmas não percam o foco, bem como um cuidado para que as atividades lúdicas não se percam no que ALMEIDA (2003) chama de “jogos falsos”, que são descomprometidos com a aprendizagem e apenas direcionam crianças a jogos massificados usados apenas para desviar o ser humano dos problemas que o ocupam e subjagam.

O falso jogo não visa à formação, à educação, mas a doutrinação consumista, cuja meta é a imposição a qualquer preço e a neutralização a qualquer preço nos aspectos mais essenciais. Quem mais ressentido e torna-se vítima desse monstruoso processo é a criança, que, sem saber o porquê das coisas, ainda é capaz de sorrir, brincar e acreditar num mundo diferente e verdadeiro. Mal sabe do ‘destino’ que lhe foi designado e daquilo que lhe será cobrado mais tarde. (ALMEIDA, 2003, pg. 34)

Segundo os responsáveis pela Casa da Cultura em Matinhos, a atividade lúdica prevê dinâmicas menos voltadas a um objetivo de competição e sim ao prazer que cada um tem em executar suas tarefas, com menos regras. A Educação Musical aplicada aos participantes dos PETIs tem um objetivo bem determinado com metodologia de ensino adequada à aplicação da musicalidade e formação musical do aluno. O lúdico se torna presente quando a prática dos instrumentos sugeridos se torna necessária, ainda que não visto como atividade recreativa. Apesar de tal afirmação, o diretor da Casa da Cultura é taxativo em afirmar que as atividades em

conjunto com o PETI são de notório desenvolvimento social e cultural e perceptível nas demais atividades desenvolvidas no PETI, conforme relato da coordenação do PETI em Matinhos ao Departamento de Cultura da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura do Município.

Para que as atividades lúdicas sejam aproveitadas ao máximo é necessário compreender que no universo infantil um brinquedo pode ser utilizado com outro significado se contrapondo ao objetivo inicial desse “brinquedo” (por exemplo: um carrinho pode virar um foguete), dependendo da imaginação da criança. Logo, uma boa avaliação das crianças e adolescentes que participarem das atividades é um ótimo ponto de partida. Trazer o conhecimento em forma de brincadeiras para seus próprios universos é imprescindível para que as ações tenham o efeito desejado. No caso de atividades de iniciação musical de forma lúdica, podem ser explorados a utilização de objetos do cotidiano como se fossem instrumentos musicais, bem como a utilização do próprio corpo (voz, palmas, pés etc.), sempre de acordo com a ação que a atividade se propõe. Ensinar às crianças e adolescentes a marcação de tempo e o compasso musicais com palmas é um bom início. Para tanto, podem ser usadas músicas infantis e outras de conhecimento consensual dos participantes (de preferência que eles tenham alguma afinidade), alternando a marcação com a música sendo executada ao vivo ou mecanicamente e que eles façam a marcação sem esse acompanhamento. Aos poucos, os sentidos do tempo e do compasso fluirão naturalmente e, aos poucos, desenvolverão ritmo.

Ao se trabalhar com dança, um bom caminho é a utilização de coreografias simples a partir de músicas que os participantes conheçam, o que pode facilitar o interesse deles pela atividade. O interesse pela atividade, aliás, que, não só na música, mas na dança e qualquer outro tipo de atividade, deve ser visto e revisto por quem a ministrar, de forma a procurar o melhor jeito de atrair a atenção das crianças e adolescentes e ao mesmo tempo deixando-os livres para executá-las, sem que desestimulem seus interesses.

É de suma importância lembrar que a educação através de lúdico é um espaço que pode ser de constante construção e interação. Quem conduz uma atividade lúdica, na qualidade também de mediador, deve se afastar de um modelo engessado ou pré-definido. Concomitantemente, deve-se lembrar que os alunos

devem usufruir de um espaço de aprendizagem com prazer, como lazer, pautado na construção do lúdico, respeitando suas realidades sociais, culturais, suas etapas de desenvolvimento e estimular que os alunos também façam, por si próprios, descobertas dentro das atividades.

Por estas razões a proposta desta pesquisa é que se façam vários tipos de atividades voltadas ao lazer cultural, com música e dança, abrindo também espaço para outros tipos de artes e atividades de forma lúdica, diversificando a oferta e aos poucos ir introduzindo a cultura caiçara para os participantes depois de um processo de resgate e conhecimento, tomando o devido cuidado para que esta meta de forma alguma se sobreponha sobre o objetivo inicial de ensinar de forma lúdica. A música e a dança são essências de qualquer cultura tradicional, podendo ser, portanto, grandes agentes nesse trabalho, que além de garantir o lazer cultural para as crianças e adolescentes pode vir a ter outra boa consequência: o possível interesse por parte deles quanto às remotas, mas vivas, culturas da região do Litoral do Paraná.

Segundo DIEGUES (2006) compreende-se por Cultura Caiçara determinadas características culturais encontradas na região litorânea compreendida entre o litoral Norte de Santa Catarina e o litoral Sul do Rio de Janeiro. No litoral do Paraná a cultura de preservação gira em torno do Fandango Caiçara, da Folia de Reis, da Bandeira do Divino Espírito Santo e da Santíssima Trindade, bem como de costumes específicos da região.

3.2 A Observação Participante

A idéia de promover o diálogo entre os programas (que também pode ser estendidos a programas estaduais e municipais, de acordo com a circunstância¹⁰) partiu de trabalhos de pesquisa, tendo como metodologia a Observação Participante durante módulo¹¹ específico durante nossa graduação, feito na cidade de Matinhos, Paraná para observar e analisar o espaço que será descrito a seguir. A Observação Participante segundo VALLADARES (2007) consiste em um processo longo e nem um pouco simples, é também um processo de “negociação”, de não saber de

¹⁰ Nesta pesquisa serão abordados apenas aspectos dos programas citados anteriormente.

¹¹ No Setor Litoral da UFPR em consonância com o Projeto Político Pedagógico, os estudos são feitos por projetos, trabalhados em módulos e não por disciplinas.

antemão onde “aterrissar”, de interação pesquisador/pesquisado, não sendo uma prática simples, onde o pesquisador precisa saber escutar, ouvir, ver e fazer uso de todos os sentidos e aprende com os próprios erros, onde desenvolver uma rotina de trabalho é fundamental para um melhor resultado na pesquisa, mostrando-se sempre diferente do pesquisado. Entretanto para LAPLATINE (2003) o observador deve tomar cuidado para que a neutralidade não interfira no resultado da pesquisa:

Quando o antropólogo pretende uma neutralidade absoluta, pensa ter recolhido fatos "objetivos", elimina dos resultados de sua pesquisa tudo o que contribuiu na sua realização e apaga cuidadosamente as marcas de sua implicação pessoal no objeto de seu estudo, é que ele corre o maior risco de afastar-se do tipo de objetividade (necessariamente aproximada) e do modo de conhecimento específico de sua disciplina. (LAPLATINE, 2003, p.139)

Ou seja, um processo de neutralidade em que não exista certo de envolvimento para com seu objeto pesquisado por parte do pesquisador pode desviar este do objetivo inicial a que se propõe a pesquisa. O pesquisador pode e deve ter envolvimento com os pesquisados, mesmo que de forma sucinta, respeitando diferenças, opiniões e escolhas, sem que seus valores pessoais interfiram tanto na pesquisa quanto nos sujeitos desta.

4.0- DOS LOCAIS

No presente apartado discorreremos sobre os diferentes locais observados para a presente pesquisa, que leva em conta sua importância dentro do contexto desta pesquisa, começando por um breve histórico da situação da região para depois discorrer sobre os programas que acontecem na cidade.

4.1 As Mudanças no Modo de Vida nas Cidades do Litoral do Paraná

A intenção inicial da pesquisa era propor a possibilidade de articulação e diálogo entre os Pontos de Cultura formais e não-formais, os PETIs, o lúdico e o lazer apenas com a Cultura Caiçara como forma de resgate e preservação dessas culturas na cidade de Matinhos. Entretanto essa possibilidade pode restringir a participação das crianças e adolescentes. Há alguns anos atrás, a Casa da Cultura tentou promover em suas dependências oficinas de Fandango.

“O fandango era uma dança “batida”, cujo sapateado bem ritmado e difícil, exigia grande agilidade e resistência física. Era uma festa típica dos caboclos e pescadores e uma das mais legítimas manifestações da cultura popular da região de Matinhos.” (BIGARELLA, 1999, pg. 88)

Segundo os responsáveis pela Casa da Cultura, as oficinas não tiveram continuidade devido à falta de interesse das pessoas que se inscreveram. Motivo principal: os participantes das oficinas de Fandango quando tomaram contato com a atividade, questionaram aos instrutores e ao Diretor da Casa da Cultura o porquê de “fazerem ensaio de quadrilha se ainda não estava em época de ‘festa junina’” e a oficina citada foi definhando até se encerrar por falta interessados. Essa desinformação por parte dos participantes da oficina a respeito do Fandango fez com o que o diretor de cultura fosse pesquisar a situação. Atualmente, de acordo com o Diretor de Cultura de Matinhos, com base em dados levantados na Secretaria de Educação Esporte e Lazer e da Secretaria de Educação e da Secretaria de Ação Social, aproximadamente 70% da população de Matinhos não têm raízes no município. Se considerarmos as pessoas que não utilizam a rede pública de ensino e a Assistência Social (população com maior poder aquisitivo), esse número deve crescer ainda mais.

Essa constatação foi um dos fatores que motivou para que parte da pesquisa para nosso Projeto de Aprendizagem¹² fosse compreender a drástica diminuição da cultura caiçara no litoral paranaense, especialmente nas cidades de Matinhos e Guaratuba, e por extensão a Pontal do Paraná, cidades-balneárias. Ao longo dos anos o modo de vida das comunidades caiçaras no litoral do Paraná sofreu mudanças profundas sociais, urbanas, comportamentais e econômicas, principalmente nos lugares que mais tarde se tornariam balneários.

Essas mudanças acabaram por afetar o modo de vida dos antigos caiçaras e seus descendentes, que tiveram suas vidas ‘invadidas’ pelo progresso, que ditava novos caminhos urbanos como forma de crescimento econômico aproveitando o

¹² Projeto de Aprendizagem, segundo o Projeto Pedagógico da Universidade Federal do Paraná Setor Litoral, é um do eixos pedagógico que tem por finalidade fazer com o que o aluno se inicie na atividade da pesquisa com liberdade para escolha do tema que quer estudar, mediado por um Docente. Disponível em <http://www.litoral.ufpr.br/sites/default/files/PPP%20-%20UFPR%20-%20LITORAL.pdf>, acesso em 01/08/2013.

potencial turístico dos locais com praia, com o advento do veraneio, iniciado na década de 1930¹³, como nos traz BIGARELLA (1999), mas que trouxe mudanças urbanas significativas a partir das décadas de 1970 e 1980. Essas mudanças modificaram de forma significativa o modo de vida caiçara: as pessoas não mais se dedicavam às suas roças e pescarias para sobreviver, mas trabalhavam nas construções e depois como empregados nos novos prédios, recebendo pagamento por isso e optando por comprar alimentos ao invés de cultivá-los e/ou pescá-los ou caçá-los. Também com as construções vieram habitantes dos mais variados lugares. Ao longo das décadas seguintes o número de pessoas que vinham para a região à procura de emprego ou em trocas de favores políticos com a invasão de terras em troca de votos (conhecidos popularmente como “currais eleitorais”) aliadas ao crescimento populacional culminou em uma mudança significativa nos traços da população local.

Outro fator determinante nas mudanças da população caiçara foi o acesso às então novidades midiáticas, como o rádio e a televisão. Nos tempos mais remotos era comum as pessoas se encontrarem nos finais de tarde na casa de alguém para conversas, celebrações e festas. Inicialmente, com a chegada do rádio à bateria, ainda persistia esse costume, mas não mais com o intuito de conversar, mas sim de ouvir os programas do rádio. Pessoas vinham de lugares distantes para a casa de alguém que tivesse rádio, não se importando de ter que transitar a pé pela escuridão para tanto. Aos poucos, o rádio foi ficando mais popular entre os habitantes e o costume das visitas foi se perdendo. Com a chegada da televisão o processo se repete.

São vários os exemplos que podem ser citados sobre a influência da inserção do rádio e da televisão contribuiu para o decréscimo da cultura caiçara, destaca-se a frase dita pela moradora da Ilha dos Valadares¹⁴: *“Hoje ninguém mais sai de casa. A televisão prendeu.”*¹⁵

¹³ Na década de 1930 começaram as ser construídas as primeiras casas de banhistas, oriundos da capital Curitiba. No entanto eles não vinham passar o verão nas praias. Vinham no inverno como fuga do frio da capital. Somente a partir de década de 1950, com disseminação do veraneio em todo o mundo é que as cidades do litoral do Paraná começaram a se tornar balneários.

¹⁴ A Ilha dos Valadares em Paranaguá é importante referência à Cultura Caiçara no litoral paranaense.

¹⁵ Nota para a contextualização do verbo “prender”, sendo bilateral (que prende algo ou alguém a alguma coisa).

As informações a respeito mudanças no modo vida nas cidades do litoral do Paraná anteriormente apresentadas foram colhidas na ICH – Interações Culturais e Humanísticas¹⁶ que tem o tema “História Oral e Cultura Local”. Segundo ALBERTI (2005), a História Oral “trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas, etc., à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou testemunharam”. (ALBERTI, 2005, p. 18)

Em primeiro momento foram feitas entrevistas com antigos moradores das regiões de Matinhos e Guaratuba e uma moradora da Ilha dos Valadares em Paranaguá (nascida e moradora da referida ilha até hoje quase 80 anos). Embora na qualidade de ilha, esta também sofreu com praticamente as mesmas mudanças sofridas nas cidades-balneárias. Porém, ao invés do turismo e veraneio a Ilha dos Valadares passou a ser habitada por pessoas que vinham de outras regiões para morar na cidade (basicamente para trabalhar direta ou indiretamente no Porto de Paranaguá) e que foi acelerada pela construção da passarela que liga a ilha ao continente.

Com os antigos moradores deixando suas tradições de lado e os novos que foram chegando não se interessando, o modo de vida caíra e suas culturas tradicionais foram cada vez mais perdendo espaço na vida das pessoas nas cidades-balneárias. Atividades que antes faziam parte do lazer nas vidas dos habitantes foram sumindo. E com o advindo das mais variadas mídias e instrumentos de comunicação, a cultura local aos poucos foi desaparecendo.

4.2- Do PETI em Matinhos

O trabalho de Observação Participante com as crianças e adolescentes do PETI foi feito no período de 15 de setembro de 2011 a 18 de novembro de 2011, onde crianças e adolescentes com faixa etária de 9 a 13 anos, participantes do PETI eram levados a atividades na “Casa da Cultura”. A Casa da Cultura é um espaço cultural gerido pelo Diretório de Cultura da Secretaria Municipal de Esporte Cultura e Lazer.

¹⁶ Outro dos três eixos pedagógicos da UFPR Setor Litoral, que segundo o Projeto Político Pedagógico do Setor, trata-se de um espaço interdisciplinar de aprendizagem que possibilita a articulação dos saberes científicos, culturais, populares e pessoais, e busca um olhar mais amplo para a problemática cultural e humanística contemporânea. Disponível em <http://www.litoral.ufpr.br/sites/default/files/PPP%20-%20UFPR%20-%20LITORAL.pdf>, acesso em 01/08/2013.

Existe um convênio entre as secretarias,¹⁷ de Ação Social, que coordena o PETI em Matinhos. O objetivo inicial era observar como eram geridas as atividades na Casa da Cultura, algumas situações começaram a chamar a atenção, tanto sobre a falta de interesse das crianças e adolescentes quanto à atividade a ser cumprida, tanto por parte dos professores do PETI, que demonstravam convivência, com a falta de interação das crianças. De acordo com o Diretor do Departamento de Cultura do município de Matinhos, a partir de 2009 por proposição deste departamento, foi feito um convênio entre a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura, a qual o Departamento de Cultura é vinculado, e a Secretaria Municipal de Ação Social, gestora do PETI no município. O convênio entre essas duas secretarias previa que as crianças e adolescentes participantes do PETI fizessem atividades na Casa da Cultura, que funciona como um Ponto de Cultura não formal¹⁸. As atividades programadas são de oficinas de introdução à música e educação musical. Tal atividade não fora escolhida na ocasião considerada pelas partes como a melhor para os alunos e sim por conta de disponibilidade de horários de ambos os lados, considerando também que havia deslocamento feito por ônibus escolar do município para levar os alunos até a Casa da Cultura. A princípio as partes envolvidas acordaram em verificar se as oficinas dariam certo. Como foi por eles observado que estavam surtindo o efeito desejado na época e, portanto, decidiram continuar. No caso específico da Observação Participante ora feita, as oficinas se davam através da aprendizagem de flauta doce, em aproximadamente quatro horas semanais cumpridas em dois dias por semana.

O perfil das crianças atendidas nessa atividade específica é de crianças, que estudam na rede municipal de ensino e que, em sua maioria, moram em locais considerados de risco social, de classes sociais consideradas mais baixas, tratadas como “comunidades”. O termo “comunidade” merece um foco à parte. De acordo com CHAUI (2006) “o mundo moderno não conhece a comunidade e sim as pessoas são separadas por classes, por seus interesses e desejos” (CHAUI, 2006, p. 132), pois a idéia de bem comum e indivisão interna, que são marcas de uma

¹⁷ Informação repassada pelo Departamento de Cultura da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura do município de Matinhos-Pr.

¹⁸ Exerce atividades culturais voltadas à população, em projetos parecidos com aos Pontos de Cultura do Programa Cultura Viva, porém, sem qualquer tipo de convênio com o Ministério da Cultura, funcionando com recursos advindos de outros órgãos.

comunidade, pouco aparecem nos tempos de sociedade com o conceito de “civilização”¹⁹. A comunidade por si desconsidera as questões burocráticas, de isolamento, fragmentação e divisão cultural da sociedade.

Algumas das crianças observadas na pesquisa tinham o rótulo por parte dos professores como “crianças-problema”. No início, quando apresentadas às atividades e voltadas para a introdução musical houve relutância por parte das crianças participantes. Nas semanas posteriores o problema continuava persistindo. Muitas crianças estavam desestimuladas a participar da oficina, sem que o instrutor conseguisse dar conta disso. Muitas vezes eram repreendidos pelos professores do PETI por não participarem, o que ocasionavam relutância ainda maior.

Percebendo a situação, o diretor de cultura, que é pedagogo e pós-graduado em Educação, resolveu fazer abordagens diferentes quanto às atividades. Inicialmente fez uma conversa com os alunos para que os próprios expusessem o porquê da oficina não estar funcionando. Muitos dos alunos disseram que ao invés de flauta eles preferiam ter aulas de violão²⁰. O diretor então tentou contornar a situação explicando que o propósito da oficina era iniciação à música e não ao instrumento específico. Mesmo assim demonstraram desinteresse.

Na semana seguinte, o diretor de cultura resolveu assumir a oficina. Porém, não mais seria de introdução musical “formal”. Passou a trabalhar com atividades lúdicas, engendradas no ritmo, na dança e nas brincadeiras, quase sempre competitivas. A partir disso, o interesse das crianças pela oficina cresceu abruptamente. Todas queriam participar das atividades, exceto, de início, as consideradas “crianças-problema”. Estas especificamente eram um grupo de quatro meninos com idade entre 11 e 13 anos que não tinham bom comportamento e tinham prazer em chamar a atenção para si e atrapalhar as atividades. Com as devidas mudanças e com a participação efetiva dos que já participavam e de outros que resolveram participar, aqueles acabaram naturalmente se isolando em um canto da sala. Ao ver o divertimento dos outros, aos poucos eles foram entrando nas atividades, inicialmente tentando tumultuar, rindo entre si. Porém, quando

¹⁹ No correr da história do Ocidente, o sentido da palavra cultura vai se perdendo até que, no Século XVIII, a palavra ressurgiu, mas relacionada com outro conceito, o de civilização. (CHAUI, 2006, p. 129)

²⁰ Segundo o diretor de cultura inicialmente as oficinas de iniciação musical seriam de violão básico. Porém, devido à falta de instrumentos no local, não seria possível que se realizassem para atender as crianças.

perceberam que os outros achavam mais divertidas as atividades ofertadas a eles que suas brincadeiras, gradativamente foram integrando-se as atividades, passando a gostar delas e a participar cada vez mais das mesmas. Era extremamente visível a mudança comportamental das crianças e adolescentes de como chegavam e como saíam das oficinas. Os efeitos dessas atividades observadas nas crianças e adolescentes eram os melhores possíveis, quanto à participação, bem como os aspectos comportamentais e desenvolvimento motor essenciais ao aprendizado da música.

Quando indagado ao diretor de cultura, que na qualidade também de pedagogo e conhecedor do programa, o porquê dos fatos expostos anteriormente, a resposta foi simples e direta: “falta estrutura no PETI e falta qualificação dos professores, o que acaba tornando o PETI uma “creche para crianças grandes”.

Diante desta constatação, observamos que:

- 1) As crianças do PETI jamais são consultadas sobre as atividades e são obrigadas a fazer. Essa obrigatoriedade de fazer algo que não querem age diretamente no mau aproveitamento das oficinas para elas ofertadas²¹, bem como não promove a comunidade entre elas;
- 2) O PETI no município poderia ser aproveitado de modo mais eficaz se os professores dispusessem de qualificação mais adequada e a melhor infraestrutura para que se possa ter um melhor funcionamento e também, visando a melhora, fazer parceria com Pontos de Cultura através de agentes culturais.

O PETI traz como objetivo também que “as interações devem ser pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social”. Para tanto, os Pontos de Cultura podem colaborar, já que também tem por objetivo “estimular e fortalecer redes estéticas sociais” e “qualificar Agentes de Cultura como elementos estruturantes de uma política base comunitária do Sistema Nacional de Cultura”. Esses agentes culturais a serem qualificados podem ser inclusive os professores e instrutores do PETI, o que pode contribuir para o desenvolvimento dos dois programas.

²¹ Embora o próprio programa PETI preveja que os participantes desenvolvam protagonismo e autonomia.

Isto posto, em nossa concepção os programas anteriormente citados, bem iniciativas populares similares, se completam em vários pontos, podendo contribuir com o desenvolvimento de ambos, além da possibilidade de solucionar algumas fragilidades, como a ampliação do alcance das atividades propostas, de modo a compreender uma parcela maior de participantes em sua região. E meio a estas constatações, também se abre a possibilidade dos participantes de criarem e compreenderem o sentido de “comunidade”. Mesmo vindo de condições sociais similares, entre eles nem sempre há o interesse comum, que é marca de uma comunidade, embora o objetivo da estada deles nas oficinas era o mesmo, o de musicalização. Para CHAUI (2006) a abrangência da cultura atua diretamente na dificuldade de diferenciar comunidade e sociedade. O interesse comum, nem nossa visão, pode ser ponto de partida para que oficinas e atividades aqui propostas possam agir como elementos de compreensão e criação de identidade cultural, o que atua diretamente no contexto de desenvolvimento social.

4.3 Casa da Cultura – Matinhos, Paraná

A Casa da Cultura de Matinhos, localizada no Município de Matinhos, Litoral do Paraná, foi criada em 12 de Junho de 2009, quando o atual chefe assumiu o Departamento de Cultura, que faz parte da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura do Município de Matinhos. A “Casa da Cultura”, antes denominada “Fórum do Artesanato”, contava apenas com alguns artesãos que se mantinham no local para comercialização de seus trabalhos, além do grupo “Arte sem Fronteiras”, projeto de extensão da UFPR Setor Litoral, em sala cedida nos fundos do prédio. É também a sede do Departamento de Cultura do município e fica instalada em prédio pertencente à Prefeitura Municipal de Matinhos, onde há muitos anos funcionou a primeira sede da referida prefeitura, que possui duas alas, uma com um pavimento único e duas salas e outro com dois pavimentos, sendo o debaixo utilizado pelos artesãos que utilizam o espaço e o pavimento superior onde fica o salão onde são realizadas as oficinas e o escritório administrativo do Departamento de Cultura de Matinhos.

Quando a Casa da Cultura iniciou suas atividades, o espaço superior estava vazio e completamente sem manutenção. A idéia inicial do Departamento de Cultura de Matinhos foi projetar algo mais específico e com fundamentação cultural. Em

seguida foram feitas algumas reuniões com o pessoal que já se situava no espaço e propor uma estratégia de cooperativismo e integração, que foi prontamente aceita pelo grupo, que o enxergaram como um grande desafio. O Coral Municipal passou a fazer seus ensaios no salão superior e colaborar com a manutenção e adequação do local. Os artesãos também se mobilizaram no sentido de fazer um novo “*lay-out*” para o salão do artesanato. A partir daí os projetos foram tomando corpo, os grupos se organizando e o espaço se transformando para dar lugar às atividades culturais específicas. A estrutura atual dispõe de: Salão de Artesanato, Salão de Artes e Salas de Aprendizagem. Os recursos financeiros e humanos são disponibilizados pela Prefeitura de Matinhos.

Atualmente, na Casa da Cultura são oferecidas as seguintes atividades: Cursos e oficinas de artes e artesanato; Grupos artísticos como coral, teatro, fanfarra, entre outros; atendimento ao PETI com musicalização infantil; desenvolvimento de atividades culturais à terceira idade; exposição e comercialização do artesanato local. Por estes motivos, nesta pesquisa a Casa da Cultura será chamada de “Ponto de Cultura Não-Formal”, já que não possui convênio com o Ministério da Cultura e tampouco atende as formalidades exigidas por este órgão, tendo seus recursos totais oriundos da Prefeitura Municipal, de porcentagem na comercialização de artesanato que ocorre no local, de doações e de voluntariado. Atualmente conta com 6 funcionários e 4 voluntários, que se revezam ministrando as diversas oficinas oferecidas. A faixa-etária atendida pela Casa da Cultura é ampla, tendo como idade mínima 14 anos (com exceção das atividades desenvolvidas em parceria com outras secretarias e instituições, como o PETI, por exemplo), não tendo restrições à idade máxima, ocasionando a participação de pessoas das mais variadas idades, sem distinções ou restrições.

4.4 Associação de Cultura Popular Mandicuera – Ilha dos Valadares, Paranaguá, Paraná

A abordagem desta pesquisa feita na Associação Mandicuera tem dois objetivos: o de observar o funcionamento de um Ponto de Cultura formal, contraponto com a Casa da Cultura; e por ser uma entidade que visa a preservação da Cultura Caiçara.

A Associação de Cultura Popular Mandicuera é uma entidade que funciona como Ponto de Cultura que tem por objetivo principal a preservação da Cultura Caiçara.

Existem diversas atividades desenvolvidas nas dependências da Associação Mandicuera e fora dela, como oficinas de lutheria²² de instrumentos musicais típicos da região, dentre outros, para moradores da Ilha dos Valadares, onde fica sua sede. A Ilha dos Valadares, localizada à margem esquerda do Rio Itiberê, tem uma área de 2,8 km² e está situada a uma distância de 800 metros do Centro de Paranaguá, sendo ligada ao continente por uma passarela, por onde podem circular apenas os pedestres. Era habitada, inicialmente, por pescadores que se dedicavam à pesca artesanal e que ainda cultuam tradições, como o fandango. Nas últimas décadas, a migração de pessoas e o êxodo de moradores de outras ilhas da região da baía de Paranaguá fez aumentar consideravelmente a sua população, que já chega a aproximadamente 30 mil pessoas (IBGE, 2007).

A Associação Mandicuera foi criada em 2003, sendo oficializada em 2004, gerindo projetos de fomento à produção da cultura popular local e articulação comunitária. Ela atua na exploração de projetos da Orquestra Rabecônica do Brasil, Casa da Farinha, fabricação de instrumentos musicais tradicionais locais, Projeto “Rabecendo”, além do Programa “Fandango na Escola”, que leva a cultura caiçara nas escolas do município de Paranaguá, em parceria com o Ministério da Cultura e a Secretaria do Estado da Cultura do Paraná.

As atividades tem por objetivo divulgar as atividades populares da região, repassar o conhecimento popular restrito através de oficinas, incentivar a criação de novos grupos, preservar o patrimônio imaterial do Paraná, realizar a produção artística e espetáculos locais, formar novos fandangueiros, repassar o ritmo, a métrica e tudo do universo que envolve o Fandango ‘Batido’²³ e colocar as pessoas em contato com uma tradição oral secular.

²² Arte e ofício da construção de instrumentos musicais.

²³ Modalidade de Fandango onde a dança é chamada de “batida” por ser “sapateada” pelos homens que participam da dança, que calçam tamancos de madeira para marcar o ritmo da música.

5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Promover a cultura através do lazer e do lúdico pode ser um agente para auxiliar no processo do desenvolvimento social, trazendo, pelo objetivo da nossa pesquisa, crianças e adolescentes para o universo cultural, promovendo para tanto o diálogo entre programas como o “Cultura Viva” através dos Pontos de Cultura e o PETI.

Uma parceria entre Pontos de Cultura e PETI poderia ampliar e qualificar as atividades de ambos e possibilitar que ambos cumpram seus objetivos. Se, por um lado, os Pontos de Cultura visam “fortalecer processos sociais e econômicos da cultura”, o PETI tem em seus objetivos “propiciar experiências favorecedoras do desenvolvimento de sociabilidades e na prevenção de situações de risco social”. Se os Pontos de Cultura desejam “ampliar a produção, fruição e difusão culturais”, o PETI deseja “oportunizar o acesso ao lazer e a cultura”. Se os Pontos de Cultura objetivam “promover a autonomia da produção e circulação cultural, o PETI objetiva o “desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes, a partir de seus interesses, demandas e potencialidades”. Pontos de Cultura “promovem intercâmbios estéticos e interculturais”, o PETI visa a “formação para a participação e cidadania”. Se, por um lado, os Pontos de cultura precisam “ampliar o número de espaços para atividades culturais”, o PETI prevê a “constituição de espaço de convivência”. Se os Pontos de Cultura visam “estimular e fortalecer redes sociais”, o PETI visa a “inclusão social” e “propiciar experiências favorecedoras do desenvolvimento de sociabilidades e na prevenção de situações de risco social”.

Dentro das possibilidades de articulação e diálogo entre os programas “Cultura Viva” através dos Pontos de Cultura e o PETI aqui apresentadas, pode-se ainda utilizar-se dessa parceria entre os programas citados para introduzir, mesmo que de forma sutil e gradativa, o conhecimento acerca de culturas tradicionais que podem estar “adormecidas”, como a Cultura Caiçara, que foi abordada nesta pesquisa, e faz parte da história do Município de Matinhos. Trazer a oportunidade de apresentar crianças e adolescentes o contato com esse tipo de cultura pode fazer parte de um processo de identificação cultural local.

No entanto necessário um processo de sensibilização, conhecimento e reconhecimento da Cultura Caiçara por parte os alunos e uma qualificação dos professores nesse sentido, além da integração com Pontos de Cultura que estejam dispostos a aderir a tal desafio, pois o resgate cultural que sugerimos nesta pesquisa pode ser um processo longo e que demandaria bastante persistência por parte dos envolvidos.

REFERÊNCIAS:

ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. Editora Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2005, 3ª Edição.

ALMEIDA, Paulo Nunes de. Educação Lúdica: Técnicas e Jogos Pedagógicos. São Paulo. Edições Loyola, 2003, 11ª Edição.

ASSOCIAÇÃO DE CULTURA POPULAR MANDICUERA. Sítio: www.mandicuera.com. Acesso em 18/03/2013.

BIGARELLA, João José. Matinho: Homem e Terra - Reminiscências. Matinhos. Prefeitura Municipal de Matinhos, 1999.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. Algumas Lições do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Revista São Paulo em Perspectiva. Vol. 18, nº 22. Dezembro de 2004.

CHAUÍ, Marilena. Cidadania Cultural: O Direito a Cultura. Editora Fundação Perseu Abramo. 2006.

DIEGUES, Antonio Carlos (organizador). Enciclopédia Caiçara Volume V. Editora Hucitec. 2006.

ELIAS, Norbert. A Busca da Excitação. DIFEL 83 Difusão Editorial, Lda. Lisboa. 1992.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em 18/05/2013.

FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL. Disponível em: <http://www.fnpeti.org.br/>. Acesso em 01/08/2013.

HAETINGER, Max Gunther. Jogos, Recreação e Lazer. IESDE. Curitiba, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 15/03/2013.

LAPLATINE, François. Aprender Antropologia. São Paulo. Editora Brasiliense, 2003.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lazer e Educação. Campinas. Editora Papirus, 1987.

MINISTÉRIO DA CULTURA. <http://www.cultura.gov.br>. Acesso em 15/02/2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. <http://www.mds.gov.br/>. Acesso em 07/03/2013.

PADILHA, Valquíria (organizadora). Dialética do Lazer. São Paulo. Cortez, 2006.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Atlas do Desenvolvimento humano no Brasil. 2013. Disponível em <http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li Atlas2013>, acesso em 01/08/2013.

REIS, Mariana Ferreira; SANTANA, Raquel de Melo. Pontos de Cultura de Pernambuco: fragilidades, parcerias e oportunidades. Blog Política Cultural, Fundação Casa de Rui Barbosa. 2010. Disponível em: <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2010/09/32-MARIANA-FERREIRA-REIS.1.pdf>, acesso em 02/08/2013.

RODRIGUES, Almir Sandro. Teorias da Aprendizagem. IESDE. Curitiba, 2004.

VALLADARES, Lícia. Os 10 Mandamentos da Observação Participante. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 22, nº 63, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA SETOR LITORAL. www.litoral.ufpr.br. Acesso em 01/08/2013.